

A FORMAÇÃO DOCENTE COMO POSSIBILIDADE DE ELEVAÇÃO DO INDÍCE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB

Járede Sousa Barros de Oliveira

Unibalsas – Faculdade de Balsas

jaredesousa@ymail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo constituiu-se a partir da provocação em analisar de que maneira a formação docente poderia contribuir na elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, contemplando o educador como um importante agente do processo avaliativo, sendo possível interferir nos resultados mediante o uso dos dados dessas avaliações, dessa forma a pesquisa bibliográfica e documental configurou o escopo deste. A primeira seção abrange os pressupostos legais da Educação Básica, com ênfase no processo avaliativo, em seguida, um breve relato sobre a constituição histórica da avaliação, na perspectiva de Stufflebeam e Shinkfield, finalizando essa parte sobre a importância da ação coletiva para bons resultados, depois segue a apresentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, disponibilizados no portal do Inep e sobre como utilizar os resultados das avaliações externas para melhorar a aprendizagem, apontando a formação do professor como importante requisito para alcance deste fim, veiculado no Boletim Aprendizagem em foco, do Instituto Unibanco, ainda em destaque a necessidade de reflexão da própria prática para uma mudança real e significativa, vislumbrando a formação docente contínua. O artigo se encerra com as conclusões obtidas por meio das pesquisas e consultas realizadas.

PRESSUPOSTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

De acordo com o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Portanto, pode-se dizer como afirmou Carneiro (2015) que a LDB trabalha com conceitos fundantes de educação escolar como um processo contínuo de preparação para a vida e para o trabalho e de qualificação para uma cidadania produtiva.

Porém, há de se pensar nos sujeitos envolvidos diretamente nesse processo, pois o discurso não é suficiente para assegurar os pressupostos legais, é necessário empenho para torná-los possíveis. Assim, como garantir que a passagem dos alunos por esta etapa contemple os ideais preconizados? Há como tornar evidentes os resultados que corroborem esse processo?

Tais questionamentos perpassam pelo conceito de avaliação, indicada na LDB, no inciso V, do artigo 24, norteando os modos de verificação do rendimento escolar, sendo necessária a observância de alguns critérios, sendo eles:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seu regimentos;

Ao falar de critérios, Carneiro (2015), afirma que a lei deixa clara a necessidade de se adotarem procedimentos pedagogicamente consistentes no processo de avaliação e que também incidem no inciso I do artigo 3º da LDB, considerando-a como um processo impulsionador da aprendizagem e potencializador das capacidades dos alunos.

Por isso, torna-se ainda mais urgente o compromisso em assegurar bons resultados da aprendizagem, decorrentes de processos avaliativos efetivos e adequados, coordenados por mediadores profissionalmente habilitados, preparados para este fim. E ninguém melhor do que o professor saberá conduzir os procedimentos mais apropriados, pois o mesmo lida diretamente com o aluno e sua postura é fundamental na realização da avaliação, e o propósito da mesma dependerá muito do conhecimento e concepção que o educador possui desse processo.

BREVE CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA AVALIAÇÃO

Deste modo, a compreensão do contexto contemporâneo do termo, requer uma ressignificação no tempo e no espaço histórico, ou seja, é necessário o conhecimento sobre a constituição desse processo, para isso encontramos na literatura, a contribuição de Stufflebeam e Shinkfield *apud* Castanheira e Ceroni (2008), os cinco períodos da avaliação.

Período pré-Tyler, começa no final do século XIX e se estende até o início do século XX, nesse período a avaliação é concebida como medida, pois se baseia na elaboração e aplicação de testes e começa a se desenvolver como prática aplicada à educação. Posteriormente, o segundo período caracteriza-se a partir das contribuições de Tyler (1976), vindo a tornar-se o maior expoente da avaliação educativa, pois o mesmo preconizou a eficiência da escola e dos processos pedagógicos a partir do uso de instrumentos de regulação que viabilizassem o alcance dos objetivos previamente formulados, concebendo assim uma avaliação processual, que regula o desenvolvimento curricular, ou melhor, não se importa em mensurar, mas acompanhar o processo a fim de que se percebam quais instrumentos são mais eficazes para concretização das metas. Em seguida, temos a Era da inocência (1946 – 1957), período em que a avaliação e a educação foram colocadas em xeque, caindo no descrédito. O quarto período é conhecido como Realismo e configura-se na tomada de decisões a partir dos resultados diagnósticos, surgem aqui às avaliações nacionais de larga escala, como a Provinha Brasil, Enade, Ideb, que avaliam os níveis educacionais dos alunos, contemplando o resultado da aprendizagem. O período que se segue é denominado de Profissionalismo, quando se propõe uma construção teórica sobre avaliação assim como propostas de novos modelos, atribuindo-lhe visibilidade e convocando todos os sujeitos envolvidos a participarem desse processo.

Analisando o percurso descrito percebe-se que o conceito de avaliação foi se modificando em decorrência do tempo e chegou à contemporaneidade com uma função ativa, exigindo a participação e envolvimento dos mediadores do processo de avaliar, sendo os mesmos que compõem a comunidade escolar, alunos, professores, equipe gestora, colaboradores setoriais e família.

Repensar a contribuição de todos que fazem parte da escola é uma necessidade emergente, pois segundo Libâneo:

Sendo assim, as escolas podem traçar seu próprio caminho envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que, se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição. É assim que a organização da escola se transforma em instância educadora espaço de trabalho coletivo e aprendizagem. (LIBÂNEO, 2001, p. 115).

Fica evidente o quanto a relação dos envolvidos pode contribuir para uma organização efetiva, contribuindo também no processo de avaliação, desde que sejam orientados para este fim e desenvolvam coletivamente, procedimentos práticos para atender a necessidade dos estudantes.

Retomamos aqui a importância da ação direta do professor e colocamo-la em destaque neste texto, refletindo sobre o modo de como sua conduta pode interferir nas avaliações da instituição, da qual faz parte, em âmbito nacional.

AVALIAÇÕES NACIONAIS DE LARGA ESCALA

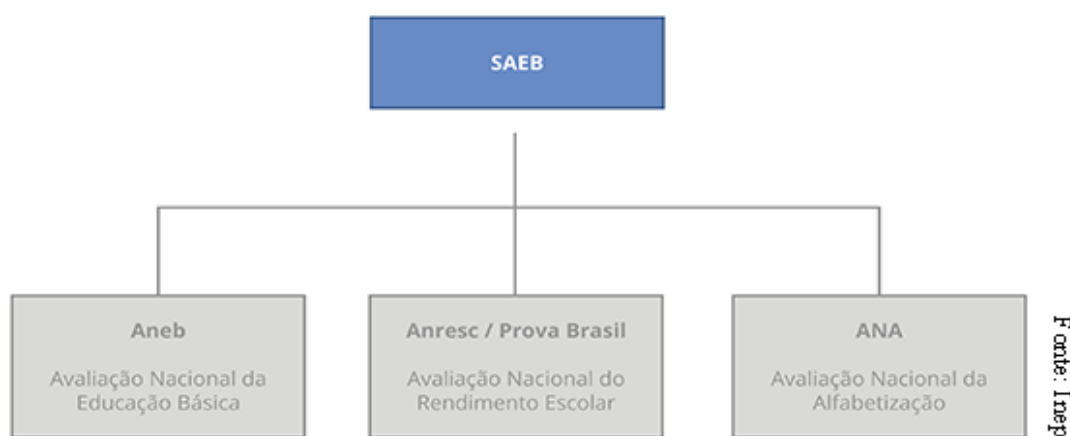
De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP:

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, instituído em 1990, é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala e tem como principal objetivo realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado. O levantamento produz informações que subsidiam a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, visando a contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

Conforme as informações disponibilizadas no portal, entende-se o principal objetivo do Saeb constitui-se como uma possibilidade de melhoria constante, pois a partir dos resultados é possível redirecionar as ações e estratégias institucionais que incidam no rendimento positivo dos alunos.

Em 2005, o Saeb foi reestruturado e passou a ser composto por duas avaliações: a [Avaliação Nacional da Educação Básica \(Aneb\)](#), que manteve as características, os objetivos e os procedimentos da avaliação efetuada até aquele momento pelo Saeb, e a [Avaliação Nacional do Rendimento Escolar \(Anresc\)](#), conhecida como Prova Brasil, criada com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas.

Em 2013, a [Avaliação Nacional da Alfabetização \(ANA\)](#) foi incorporada ao Saeb para melhor aferir os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa (leitura e escrita) e Matemática. Hoje o Saeb é composto pelas três avaliações externas em larga escala:



O portal ainda apresenta o histórico do Sistema desde 1990 a 2015, tendo as informações sempre atualizadas. Assim como, informações sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, elucidando os seguintes aspectos:

O que é o Ideb

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no **Censo Escolar**, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** – para as unidades da federação e para o país, e a **Prova Brasil** – para os municípios.

Para que serve

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O Ideb também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)** para a educação básica, que tem estabelecido, como meta, que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos.

Na edição nº 8/abril 2016, a Revista Aprendizagem em foco, do Instituto Unibanco, reserva seu espaço com uma interessante reportagem sobre como utilizar as avaliações externas para melhorar a aprendizagem.

Alguns pontos expostos no periódico:

1. Avaliações permitem traçar diagnóstico e criar estratégias de enfrentamento de problemas que afetam a aprendizagem.
2. Uso de dados das avaliações é prática entre gestores de escolas de bons resultados.
3. Professores reconhecem valor das avaliações, mas demanda formação para utilizar dados no planejamento das aulas.

Evidenciamos o último aspecto, por configurar-se como a temática em questão. Iterando ainda, um trecho da reportagem que afirma que outro argumento em favor do uso de avaliações externas como ferramentas pedagógicas é que os próprios professores reconhecem o potencial desses instrumentos, mas dizem não saber como utilizá-los bem. Essa constatação aparece na pesquisa Conselho de Classe (2015), conduzida pela Fundação Lemann, que ouviu professores de todo o Brasil. Segundo o levantamento, 80% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que a oferta de formação específica para que os professores possam

orientar seu trabalho a partir dos resultados das avaliações externas contribuiria com a qualidade da educação pública.

Ciente dessa demanda, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) lançou em agosto de 2015 a Plataforma Devolutivas Pedagógicas. Por meio desse Portal, os professores e gestores podem visualizar a distribuição dos alunos da escola pelos níveis de proficiência e comparar os resultados da sua escola com outras escolas semelhantes da região. Também é possível acessar itens da Prova Brasil/Saeb acompanhados de comentários pedagógicos e de estatísticas de como os alunos responderam e, dessa forma, reorientar o trabalho feito em sala de aula.

Ao analisarmos as informações disponíveis no portal do Inep, clarifica-se a possibilidade de alterar os índices a partir de ações institucionais, ou seja, as ações pedagógicas desenvolvidas no ambiente escolar podem otimizar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, desde que o foco redimensione para uma avaliação que permita este êxito.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Um dos possíveis caminhos para mudança é o professor manter-se em formação contínua, pois, como se afirmou anteriormente, o mesmo é o agente que mantém contato direto com o aluno, portanto o profissional mais indicado para contribuir na elevação dos índices. O contrário pode ser desastroso, pois conforme afirma Campos (2014), é inconcebível a melhoria da escola se não houver uma profunda mudança de mentalidade dos professores. Isso significa que é necessário investimento na formação desses profissionais, como ainda insiste o autor citado, reiterando: *“Na realidade não basta uma boa formação, é necessário que o professor tenha consciência de que é sua obrigação continuar estudando, a fim de aprimorar e atualizar os conhecimentos adquiridos”*.

É indiscutível que a formação docente incida diretamente sobre o rendimento dos alunos, não sendo a única responsável, porém a mais determinante, pois o educador é o responsável direto pelo aprendizado, por isso a necessidade de repensar frequentemente a sua prática.

Freire (2016), em sua obra *Pedagogia da autonomia*, elenca alguns saberes indispensáveis à prática dos educadores críticos, destaca-se um trecho do tópico **Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática:**

Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tão modo concreto que quase se confunda com a prática. (FREIRE, 2016, p. 40)

O honorável autor, em seu inconfundível jogo de palavras, elemento perspicaz para evidenciar a importância de suas falas, é incisivo em relação à inerência da reflexão na atuação docente, afirmando que somente assim é possível uma mudança real. O professor reflexivo, certamente verificará suas práticas avaliativas, assumindo sua função de mediador e direcionando os procedimentos práticos para atender as necessidades dos estudantes.

Nesse contexto, a escola pode se constituir num espaço privilegiado de debate, discussão e encontros de formação continuada. Convém citar Freire novamente, “*Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática*” (FREIRE, 1991, p.58). Nota-se que é possível se refazer cotidianamente, desde que haja disponibilidade e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecer sobre as avaliações nacionais de larga escala certamente foi um ganho significativo, distanciando-se assim de preconceitos enraizados relacionados às mesmas, pois ainda é muito comum ouvir críticas sobre tais instrumentos, porém a instituição escolar pode utilizar os resultados em função da melhoria das aprendizagens dos estudantes e, por mais desafiador que seja, é possível elevar os índices tão almejados. Como possibilidade para viabilizar essa ação, concebe-se a formação docente contínua como uma oportunidade adequada, pois a ação direta do professor com os alunos pode incidir nos resultados finais, não se conquista tudo, certamente, mas se consegue sempre além, quando há conhecimento, comprometimento e reflexão sobre a prática, configurando assim a mudança esperada por todos que fazem a educação do nosso país.

REFERÊNCIAS:

BOLETIM APRENDIZAGEM EM FOCO. 8 ed. São Paulo: Instituto Unibanco, 2016.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Gestão Escolar e Docência**. 4 ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB fácil**. 23 ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2015.

CASTANHEIRA, A. M. P.; CERONI, M. R. **Formação Docente e a Nova Visão da Avaliação Educacional**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n 39, jan/abril. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. , 54 ed. São Paulo: Paz e Terra. 2016.

INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em 30 de setembro de 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.